OS EFEITOS DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO OESTE PAULISTA

Rafael Agudo Freire; Thiego de Souza Costa Santos; Danielle Yurie Moura da Silva

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Curso de Direito, Presidente Prudente, SP. E-mail: rafael.agudo@hotmail.com; thiegosouza@hotmail.com; danyurie25@gmail.com

RESUMO

No Brasil temos um enorme número de penitenciárias superlotadas, o que acaba consequentemente submetendo os encarcerados a tratamentos desumanos e degradantes, posto a impossibilidade de convivência em celas cheias, além da superlotação, o sistema prisional conta com um enorme número de presos temporários, presos estes que sequer foram julgados e condenados, agravando o problema da superlotação. No Oeste Paulista a situação não é diferente da encontrada no restante do país, sendo agravada pela grande quantidade de unidades prisionais presentes na região de Presidente Prudente, como forma de diminuir o número de presos temporários e reduzir a superlotação carcerária surge a audiência de custódia, instrumento que vem ganhando força e mostrando resultado ao longo do tempo. O método aplicado foi o dedutivo legal, baseado na interpretação da legislação, jurisprudências e doutrinas.

Palavras-chave: Audiência, custódia, superlotação, carcerária, presos.

THE EFFECTS OF THE AUDIT OF CUSTODY IN WEST PAULISTA

ABSTRACT

In Brazil we have a large number of overcrowded penitentiaries, which ends up subjecting prisoners to inhuman and degrading treatment, since it is impossible to live in crowded cells, besides overcrowding, the prison system has an enormous number of temporary prisoners, which have not even been tried and condemned, aggravating the problem of overcrowding. In the West of São Paulo, the situation is not different from that found in the rest of the country, which is exacerbated by the large number of prison units present in the region of President Prudente. As a way of reducing the number of temporary prisoners and reducing prison overcrowding, an instrument that has been gaining strength and showing results over time. The method applied was the legal deductive, based on the interpretation of the legislation, jurisprudence and doctrines.

Keywords: Audience, custody, overcrowding, prisons, prisoners.

INTRODUÇÃO

Com a crescente série de decisões jurídicas encarceradoras imotivadas (com fundamentação genérica), e as nefastas violações aos direitos humanos dentro dos presídios, que ensejou na crise do sistema carcerário brasileiro e no permanente desrespeito da dignidade da pessoa humana, correntes jurídicas buscaram soluções para esses problemas, e vislumbraram na audiência de custódia um paliativo para essa vicissitude.

Em recentíssima decisão, o Supremo Tribunal Federal constatou a crise do sistema carcerário nacional e adotou uma nova tese importada do direito comparado, o Estado de Coisa Inconstitucional. O sistema prisional caótico brasileiro foi considerado inconstitucional pelas constantes violações aos direitos e garantias dos presos, devendo ser adotadas várias medidas para remediar esses transtornos, entre elas, a instituição das audiências de custódia nas unidades da federação e a motivação das decisões encarceradoras, justificando-se a não aplicação das medidas alternativas do cárcere, não se limitando a fundamentações genéricas.

Entra em cena a audiência de custódia, não como política pública ou como solução para todos os problemas do encarceramento, mas como instituto jurídico garantidor dos direitos fundamentais capaz de frear as prisões em massa.

Com previsão na Convenção Americana do Pacto de São José da Costa Rica, a mais de duas décadas esquecida e sem aplicação jurídica, a audiência de custódia que não é nenhuma novidade, (res) surge como uma medida salutar de proteção ao indivíduo detido, porquanto, neste ato, o preso em flagrante deve ser conduzido sem demora até a autoridade judiciária, para verificação da existência dos pressupostos legais que ensejariam a manutenção da prisão e a análise da integridade do conduzido, com o propósito de averiguar maus tratos e torturas, eventualmente cometidos pelos condutores.

A audiência de custódia encontrou resistência por parte de algumas instituições, principalmente as ligadas a Segurança Pública, muito porque, trata-se de uma das áreas que serão bastante afetadas pela audiência de custódia.

Entretanto, a adoção plena do instituto é mais do que necessária, haja vista que essa nova sistemática processual penal é, deveras, muito mais benéfica ao preso do que o modelo atualmente aplicado pelos artigos 306 ao 310 do Código de Processo Penal - CPP, que inclusive, é uma norma ainda constitucional, como tem se posicionado os tribunais.

A dinâmica da Convenção Americana de Direitos Humanos – CADH, prevê o contato direto entre o Estado, jus puniendi, e o acusado, com forma de humanização do magistrado, para que, dessa forma seja estabelecida a relação olho no olho entre quem prende, e quem será preso, permitindo um melhor convencimento do julgador.

METODOLOGIA

A metodologia indica como o pesquisador pretende atingir seu objetivo e encontrar respostas para a situação problema em estudo. Oliveira (2013, p.9) diz que “podemos considerar que o método é como uma via de acesso que vai indicar a direção a ser seguida”.

Logo o presente estudo utilizou-se do método dedutivo legal, baseado na interpretação da legislação, jurisprudências e doutrinas.

Já a pesquisa foi à exploratória-bibliográfica para obter fonte de conhecimento e assim atingir o objetivo proposto, conforme nos esclarece Oliveira (2013, p. 15):

A pesquisa bibliográfica é uma fonte indispensável de informações. No momento em que se toma conhecimento sobre o tema a ser estudado, o pesquisador acaba reunindo um referencial teórico que irá nortear e sustentar todo o tema de caráter exploratório, buscando autores e trabalhos publicados a fim de enriquecer o conhecimento sobre o objeto em estudo e buscar respostas para atingir o objetivo proposto.

Sendo assim, notou-se ser o método mais apropriado para o presente estudo.

RESULTADOS

A história da humanidade é marcada por uma ausência de preocupações em relação à pessoa que houver sido presa ou detida.

Apesar de surgirem manifestações incisivas no cenário internacional, essa realidade começou a verdadeiramente mudar somente após a Segunda Guerra Mundial, com a criação de organismos voltados à preservação dos direitos humanos e a manutenção da paz e da segurança internacional.

No intuito de reforçar a observância deste e de outros direitos, a Assembleia Geral da ONU emitiu a Resolução nº 43/173, de 09 de dezembro de 1988, que estabeleceu o Conjunto de Princípios para a proteção de todas as pessoas submetidas a qualquer forma de detenção ou prisão. (FONSECA; PABLO ALFEN, 2018, p.19).

Em âmbito regional, San José da Costa Rica realizou a Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, ocasião em que os delegados dos Estados-Membros da Organização dos Estados Americanos aprovaram, em 22 de novembro de 1969, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecida como “CADH”, ela entrou em vigor em 18 de julho de 1978, reproduzindo, no Art. 7º, 5 A, a necessidade de apresentação rápida da pessoa presa a um juiz ou outra autoridade.

A grosso modo, a audiência de custódia pode ser conceituada como a realização de uma audiência sem demora após a prisão em flagrante, permitindo o contato imediato do preso com o juiz, com um defensor e com o Ministério Público.

Todo preso em flagrante, salvo se impedirem as condições pessoais, deverá ser apresentado pela autoridade policial, em até 24 horas após a prisão, ao juízo, para participação de audiência de custódia. Antes do ato em questão, deve-se possibilitar a entrevista do preso com seu advogado ou com Defensor Público. Na audiência, o juiz, depois de informar o preso sobre o direito ao silêncio, o indagará sobre sua qualificação e condições pessoais, bem como sobre as circunstâncias objetivas da prisão. Em seguida, será oferecida oportunidade para o Ministério Público manifestar-se sobre a legalidade da prisão e sobre a necessidade de decretação da prisão preventiva ou de adoção de outras medidas cautelares, para, então, colher-se a manifestação do defensor, após o que o juiz decidirá, no próprio ato e de maneira fundamentada, pelo relaxamento da prisão em flagrante, sua conversão em prisão preventiva ou pela concessão de liberdade provisória, com ou sem imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

Tal fundamento que deu origem para a Audiência de Custódia está prevista no Pacto São José da Costa Rica, tratado assinado em 1992, no entanto apenas em 06 de fevereiro de 2015, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou o projeto de Audiência de Custódia, onde o primeiro Estado a aplicar a Audiência de Custódia foi o Estado de São Paulo.

O Procedimento adotado pela audiência de custódia atribui o prazo de 24 horas para que aqueles detidos em flagrantes sejam apresentados ao Juiz, para que este possa avaliar o caso e concluir se é necessário decretar a prisão preventiva, efetuar o relaxamento da prisão em caso de prisão ilegal ou aplicação de alguma outra medida cautelar prevista no ordenamento jurídico.

Desta forma, a Audiência de Custódia garante ao preso em flagrante o direito de ter seu caso analisado por um juiz, que verificará a legalidade da sua prisão em tempo curto e, ainda, com a garantia do contato pessoal.

A Audiência de Custódia tem a finalidade de evitar prisões ilegais, feitas de maneira arbitrária ou desnecessária e, a realização desta também visa à diminuição da superpopulação carcerária, produz uma maneira de dignificar a pessoa humana, dando-a chances de ter sua prisão revista.

Os resultados positivos que tem sido obtidos com a audiência de custódia não podem ser deixados de lado, visto que quase 45% das audiências de custódia resultaram em liberdade provisória, onde equivalem a 115.497 audiências, onde esses presos tiveram seus direitos

garantidos, além de evitar ainda mais o problema da superlotação que já atinge gravemente nosso sistema carcerário, sem falar na economia, visto que cada preso custa em média R\$2.400,00 reais ao mês e que as audiências de instrução demorava em média 3 meses para a sua realização, o que levou a uma economia aos cofres públicos de em média R\$7.200,00 por preso. Hoje os índices são alarmantes, chegando a quase 40% (quarenta por cento) da população carcerária no Brasil ser composta por presos provisórios, imaginamos o tanto que diminuiria a população carcerária e o custo disso com a realização das audiências de custódia, quantos presos que tiveram direitos e garantias violadas.

DISCUSSÃO

A superlotação carcerária, é considerada um problema sistêmico e estrutural, de difícil reparação, pois o número de pessoas entrando no sistema carcerário é maior que o número de pessoas deixando o mesmo. Desta forma, deixa de existir um equilíbrio, o que ocasiona a superlotação e o descumprimento das legislações.

Existem pontos chaves para um agravamento da situação de lotação dos estabelecimentos prisionais, entre eles a reincidência, causada entre outras coisas, pelo papel dessocializador das penitenciárias, que diferentemente do estabelecido pela doutrina quanto a finalidade das penas, acaba por retirar totalmente o encarcerado da sociedade, dificultando sua reintegração, por não terem efetivo trabalho, ocupação ou capacitação enquanto presos além da nova condição de ex-presidiário, dificultando seu envolvimento social para conseguir uma vida digna e melhor (VIANA, 2012).

A região de Presidente Prudente (DDD 18) possui atualmente 39 unidades do sistema prisional, como penitenciárias (PEN.), anexo de regime semiaberto (ARS), ala de progressão penitenciária (APP), centro de detenção provisória (CDP), centros de ressocialização (CR), centro de progressão penitenciário (CPP), além de contar com o único regime disciplinar diferenciado (RDD) do Estado localizado em Presidente Bernardes.

Segundo dados da secretaria de administração penitenciária, na data de 06 de julho de 2018 a região aglomerava um número total de 22.930 detentos além da capacidade das unidades, situação que foi agravada pelo motivo de a penitenciária de Lucélia que conta com 1.440 vagas estar fechada para reforma após ser danificada em uma rebelião.

Tabela 1. Dados das unidades prisionais do Oeste Paulista.

Unidade	Capacidade	População Carcerária	Detentos além da Capacidade
PEN. ANDRADINA	875	1369	494
PEN. ASSIS	288	383	95
CR. BIRIGUI	153	160	7
CR. BIRIGUI - ARS	72	79	7
CDP CAIUÁ	844	1143	299
PEN. DRACENA	844	1642	798
PEN. FEM. TUPI PAULISTA	718	784	66
PEN. FEM. TUPI PAULISTA - APP	72	116	44
PEN. FLÓRIDA PAULISTA	844	1990	1.146
PEN. FLORÍNEA	847	1701	854
PEN. IRAPURU	844	2017	1.173
PEN. JUNQUEIRÓPOLIS	873	2010	1.137
PEN. LAVÍNIA I	844	2052	1.208
PEN. LAVÍNIA II	844	2172	1.328
PEN. LAVÍNIA III	844	2187	1.343
PEN. LUCÉLIA*	1440	0	0
PEN. LUCÉLIA – APP	110	116	6
PEN. MARTINÓPOLIS	872	2012	1.138
PEN. MIRANDÓPOLIS I	1244	2192	948
PEN. MIRANDÓPOLIS I – ARS	516	748	232
PEN. MIRANDÓPOLIS II	1247	2184	937
PEN. OSVALDO CRUZ	844	1925	1.081
CPP PACAEMBÚ	686	1779	1.093
PEN. PACAEMBÚ	873	2141	1.268
PEN. PRACINHA	844	1841	997
RDD. FEM. PRES. BERNARDES	40	1	
RDD. MASC. PRES. BERNARDES	145	69	
PEN. PRES. BERNARDES	1247	2318	1.071
PEN. PRES. BERNARDES – APP	204	199	
CR PRES. PRUDENTE	142	128	
CR PRES. PRUDENTE – ARS	72	68	
PEN. PRES. PRUDENTE	696	1245	549
PEN. PRES. PRUDENTE – ARS	247	598	845
PEN. PRES. VENCESLAU I	781	812	31
PEN. PRES. VENCESLAU I – APP	112	0	
PEN. PRES. VENCESLAU II	1280	797	
PEN. TUPI PAULISTA	844	1903	1.059
PEN. VALPARAÍSO	873	1821	948
CPP. VALPARAÍSO	691	1419	728

Fonte: Secretaria da Administração Penitenciária SP (<http://www.sap.sp.gov.br>)

Um fator que colabora com a superlotação carcerária é a morosidade da justiça, que mantém um grande número de presos temporários, estes que ficam grande tempo encarcerados a espera de um julgamento, para enfim ter sua sentença.

Segundo dados da secretaria de administração penitenciária, a Região de Presidente Prudente (DDD18) também enfrenta problemas com o número de presos provisórios, onde dos seus 22.930 presos além da capacidade das unidades do sistema prisional, 1.671 são presos provisórios, onde o maior número deles estão no centro de detenção provisória de Caiuá onde se encontram 1.147 destes presos, lembrando que tal unidade possui 299 detentos além de sua capacidade.

CONCLUSÃO

No Oeste Paulista, durante o período de 06 de fevereiro de 2017 a 10 de abril de 2018 foram realizadas 573 audiências, onde 30% destas resultaram em liberdade provisória e outros 1% em relaxamento da prisão.

Vale também destacar a utilização de medidas cautelares diversas a prisão, durante o período de 06 de fevereiro de 2017 a 10 de abril de 2018 foram utilizadas 1.083 vezes, tendo como principais aplicações, o comparecimento periódico em juízo, sendo aplicado 169 vezes, a proibição de ausentar-se da comarca, sendo utilizada 168 vezes, e o recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga, sendo utilizado 138 vezes.

A audiência de custódia deixa nítido seus resultados, onde podemos observar que entre 2016 e 2017 houve uma diminuição de 3,28% da população carcerária em um levantamento realizado em 23 das 39 unidades instaladas na Região de Presidente Prudente, onde, dos 26.054 presos em 2016 teve seu número reduzido para 25.197 presos em 2017; estando em destaque o CDP de Caiuá que diminuiu sua população carcerária de 1.157 presos para 993, a unidade de Pacaembu que diminuiu sua população de 2.000 presos para 1.830, a unidade de Pracinha que diminuiu sua população de 2.000 presos para 1.032 e a unidade de Presidente Prudente que diminuiu sua população de 1.328 presos para 908.

REFERÊNCIAS

ALFEN, P. Audiência de custódia: Comentários à resolução 213 do Conselho Nacional de Justiça. 2ª ed. Porto Alegre. Livraria do Advogado, 2017.

ANDRADE, M. Audiência de custódia no processo penal brasileiro. 3ª ed. Porto Alegre. Livraria do advogado, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução n. 213 de 15 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3059>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

FONSECA, S. População carcerária no Oeste Paulista diminui 3,28% com a realização de audiências de custódia. G1 Presidente Prudente, Presidente Prudente, 28 jun. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/populacao-carceraria-no-oeste-paulista-diminui-328-com-a-realizacao-de-audiencias-de-custodia.ghtml>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

FONSECA, S. Audiência de custódia concede liberdade em 30% dos casos na região de Presidente Prudente, revela levantamento exclusivo do G1. G1 Presidente Prudente, Presidente Prudente, 28 jun. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/audiencia-de-custodia-concede-liberdade-em-30-dos-casos-na-regiao-de-presidente-prudente-revela-levantamento-exclusivo-do-g1.ghtml>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

LOPES JR., A. Direito processual penal. 10ª ed. São Paulo. Saraiva, 2014.

PAIVA, C. Audiência de custódia e o processo penal brasileiro. 3ª ed. Boa Esperança. CEI, 2018.

VIANA, J. A crise do sistema carcerário brasileiro. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12228>. Acesso em 29 jul. 2018.